

Trabalhar em conjunto para melhorar A EFICÁCIA DA AJUDA HUMANITÁRIA NO SECTOR DA ÁGUA

Rastreio da assistência humanitária proveniente da U.E. para o sector da água: Projecto do Grupo de Trabalho sobre África da Iniciativa para a Água da União Europeia 2007–2008

Assuntos Chave

Este exercício de rastreio confirmou que, apesar de dificuldades e restrições estatísticas, é viável desagregar a Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) para o sector da água pelos doadores da U.E. nos três subsectores de higiene e saneamento, abastecimento de água e gestão integrada de recursos hídricos, e consequentemente rastrear geograficamente estas correntes de ajuda até aos seus recipientes africanos.

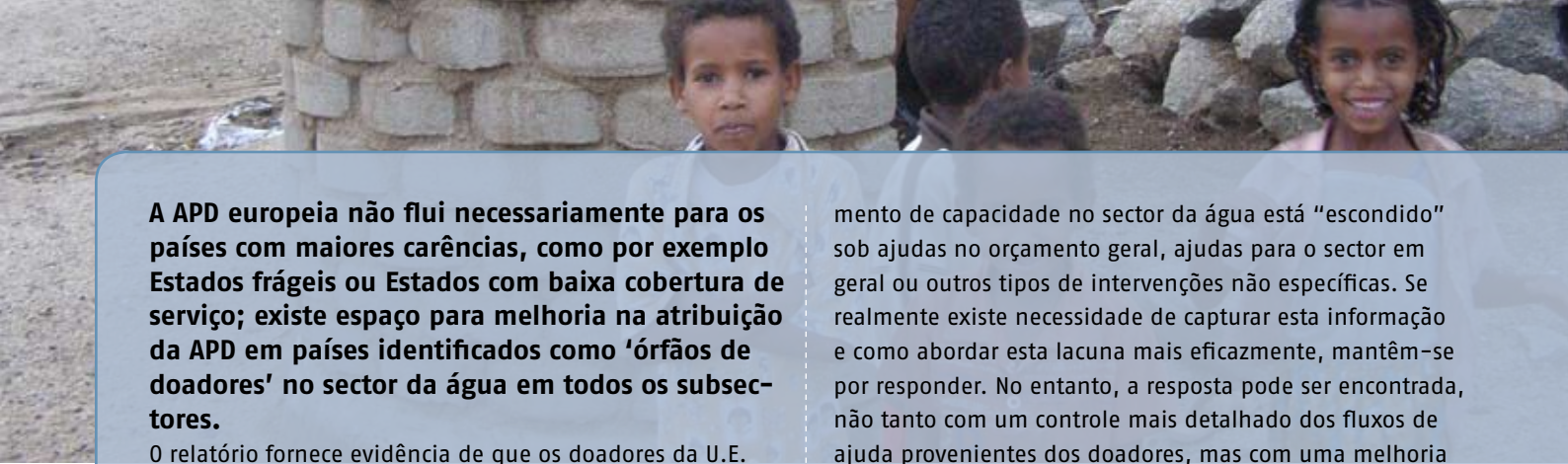
Apesar de dúvidas anteriores sobre a viabilidade da implementação deste exercício, este relatório providencia uma base para estudar e avaliar o progresso da implementação, pela União Europeia, do “Código de conduta na complementaridade e divisão das tarefas nas políticas de desenvolvimento” e da Declaração de Paris, especificamente para os subsectores da água: higiene e saneamento, abastecimento de água e gestão integrada de recursos hídricos. Nós usámos uma metodologia que tem sido eficaz na resposta a muitas das questões relacionadas com a distribuição de ajudas, harmonização e coordenação, mas que no entanto deverá ser melhorada.

África é o recipiente prioritário da ajuda humanitária proveniente da União Europeia para o sector da água: 60% da APD da U.E. para o sector da água vai para África. Este facto é um forte incentivo para melhorar de uma forma mais coordenada a política de diálogo entre Europa e África, como por exemplo através de mecanismos da Iniciativa para a Água da União Europeia (Grupo de Trabalho sobre África) e do Concelho de Ministros Africanos da Água (AMCOW).

O melhoramento da eficácia na ajuda humanitária é uma responsabilidade dividida tanto pelos países doadores como pelos países recipientes. Políticas de diálogo estratégicas devem ser baseadas em evidências e factos que permitam a ambas as partes fazerem decisões informadas. A informação deste estudo pode contribuir para esse diálogo, preferencialmente conduzido a nível nacional.

30% da APD europeia para o sector da Água, Saneamento e Higiene (WASH) em África é atribuído à higiene e saneamento. O saneamento é o Objectivo do Millenium (ODM) mais longe de ser alcançado e não temos um valor de referência padrão com o qual poderíamos avaliar se o montante atribuído é, ou não, suficiente.

O saneamento é um dos sectores dos ODM mais negligenciados, reconhecido como tendo baixa prioridade tanto pelos governos doadores como os países recipientes. Intervenções no sector WASH tendem a incluir conjuntamente água e saneamento e, sob o sistema actual de recolha de informação ao nível do projecto não existe qualquer incentivo para recolher dados para cada componente separadamente. A situação é ainda mais complicada devido a uma falta de dados sobre os investimentos governamentais na promoção de higiene e saneamento em comparação ao investimento em infra-estruturas, apesar de que a promoção de higiene e saneamento ser considerada uma intervenção mais eficaz em zonas rurais. Apesar destas lacunas, este relatório dá uma imagem muito útil sobre a qual se pode medir o progresso.



A APD europeia não flui necessariamente para os países com maiores carências, como por exemplo Estados frágeis ou Estados com baixa cobertura de serviço; existe espaço para melhoria na atribuição da APD em países identificados como 'órfãos de doadores' no sector da água em todos os subsectores.

O relatório fornece evidência de que os doadores da U.E. tendem a focar a sua atenção em alguns países enquanto deixam outros de parte, de uma forma que é difícil de justificar com base no compromisso para alcançar os alvos estipulados nos ODM. Em alguns países, existe elevada concentração de doadores da E.U. que resultam em custos de transacção elevados, na ausência de uma coordenação melhorada e em 'parcerias silenciosas' de acordo com o Código de Conduta da U.E.

O alinhamento da APD europeia para o sector da água com os sistemas dos países receptores necessita de melhorias; somente 29% da APD europeia para o sector é canalizado sob a forma de apoio orçamental e o resto é transferido através de programas e projectos vários; muitos dos doadores utilizam ainda Unidades de Implementação de Projecto (PIUs).

O objectivo da Declaração de Paris é que TODOS os doadores usem o sistema público de gestão financeira dos respectivos países onde sejam aceites e utilizadas as boas práticas correntes ou onde esteja planeado um programa de reformas para as alcançar.

Os sistemas actualmente em uso, não permitem medir através da análise dos compromissos dos doadores, de que forma a APD europeia ou os investimentos para desenvolvimento de capacidade afectam os países recipientes.

Não existe consenso no que respeita a indicadores que possam determinar se os investimentos são direccionados para intervenções que afectam de facto os mais pobres, contribuindo para os ODM. Parece também ser impossível, sob o actual sistema, rastrear grande parte da APD da E.U. que vai especificamente para o desenvolvimento de capacidades no sector da água. Uma das razões é porque o desenvolvi-

mento de capacidade no sector da água está "escondido" sob ajudas no orçamento geral, ajudas para o sector em geral ou outros tipos de intervenções não específicas. Se realmente existe necessidade de capturar esta informação e como abordar esta lacuna mais eficazmente, mantêm-se por responder. No entanto, a resposta pode ser encontrada, não tanto com um controle mais detalhado dos fluxos de ajuda provenientes dos doadores, mas com uma melhoria nos sistemas de monitorização do país recipiente da ajuda, de forma que se prove ser-lhes útil.

A monitorização dos fluxos de ajuda é de crítica importância na melhoria da eficácia e eficiência do sector.

A abrangência dos dados fornecidos por este relatório irá ajudar aqueles que tomam decisões na escolha dos destinos das APD, e este processo será ainda mais eficaz se estes dados forem recolhidos regularmente no futuro. Com monitorização, e rastreio dos compromissos da ajuda humanitária, será possível ver onde as ajudas para áreas relativamente negligenciadas, como a higiene e saneamento, foram ou não eficazes. Idealmente, esta informação deverá ser recolhida usando instrumentos e metodologias já existentes de forma a evitar duplicações. Existe portanto urgência na necessidade de refinar sistemas existentes e reforçar uma maior integração e cooperação entre o doador e o lado recipiente.

Atribuições futuras de APD da U.E. a países africanos não podem ser antevistas com os actuais sistemas

Foi intenção deste exercício recolher informação sobre a quantidade de futuras atribuições (sob a forma de compromisso ou apenas de intenção) que os doadores europeus planeiam comprometer num futuro próximo. Isto garantirá discernimento dentro da previsibilidade e continuidade das APD da U.E. a África durante os próximos cinco a dez anos. No entanto, existe bastante cautela na partilha de estimativas por parte dos doadores, por medo que estes valores sejam considerados compromissos reais, quando esta informação não está ainda incorporada nos documentos oficiais do doador.

Iniciativa para a Água da União Europeia – Grupo de Trabalho Sobre África

Março 2009

Produção: IRC International Water and Sanitation Centre
Autoria: Catarina Fonseca and Carlos Diaz
Co-autoria: Véronique Verdeil, Andrew Cotton, Thomas Zipper, Paul van Koppen, Maria Vink

Este relatório pode ser obtido gratuitamente em www.euwi.net ou fazer o seu download através da página do IRC International Water and Sanitation Centre www.irc.nl

Este relatório é um produto do Grupo de Trabalho sobre África da Iniciativa para a Água da U.E., publicado pelo IRC International Water and Sanitation Centre em Dezembro de 2008. Financiado com contribuições da Comissão Europeia (ACP/EU Water Facility) e pelos governos da França e Alemanha.

As ideias e opiniões expressas neste relatório não representam necessariamente as opiniões da Iniciativa para a Água da U.E. ou organizações apoiantes. Responsabilidade pelo conteúdo, e apresentação de resultados e recomendações são da responsabilidade dos autores.